



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

25 de fevereiro 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 25/02/2015
Assunto: Plano de carreira		Página: 14

DIÁRIO CATARINENSE

CURTAS

O secretário Eduardo Deschamps será convidado a comparecer à Assembleia para falar sobre a proposta do plano de carreira para o magistério. Pedido feito pelo Sinte e formalizado pelo deputado Valdir Cobalchini.



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Notícias	Data: 25/02/2015
Assunto: Protestos		Página: 15

DIÁRIO CATARINENSE

Professores organizam protesto na Assembleia

CATEGORIA QUER A derrubada da MP 198/2015 que retira direitos dos profissionais temporários

GABRIELE DUARTE
redacao@horasc.com.br

Cerca de 450 representantes de todas as delegações do Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Sinte) do Estado estiveram na Assembleia Legislativa (AL) ontem para pressionar a derrubada da MP-198/2015, que, de acordo com a categoria, retira os professores Admitidos em Caráter Temporário (ACTs) da carreira, aumenta a quantidade de aulas a serem lecionadas e reduz salários, além de revogar os direitos previstos na Lei 456, de 2009.

A leitura da medida pelos Parlamentares, prevista para acontecer

ontem, foi adiada para terça-feira que vem. Assim, a paralisação de professores não deve se repetir pelo menos até terça, quando a sessão será novamente acompanhada e a possibilidade de greve será debatida.

De acordo com nota divulgada pela Secretaria do Estado de Educação, a MP 198/2015 foi a única forma encontrada pelo governo para regulamentar a contratação de professores em caráter temporário. O órgão também informa que a medida provisória foi discutida com a categoria antes de ser encaminhada à Assembleia.

Os profissionais recrutados desde o dia 10 de fevereiro já se enquadram no novo sistema.



Notícias do Dia

Protesto contra revisão salarial

Professores. Categoria foi à Alesc reclamar contra medida provisória

RAFAEL THOMÉ

rafael.thome@noticiasdodia.com.br

Twitter @ND_Online

Professores ocuparam a Assembleia Legislativa, ontem, para protestar contra a MP (Medida Provisória), editada pelo governo do Estado, que fixa os salários dos profissionais ACTs (Admitidos em Caráter Temporário) pela rede pública estadual de ensino. Com o protesto, os deputados da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) adiaram a decisão sobre a admissibilidade para a próxima terça-feira.

Os professores retornarão à Assembleia na terça-feira pela manhã para pressionar os deputados a rejeitarem a proposta, antecipou o coordenador estadual do Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação),

Luiz Carlos Vieira. Ainda na terça-feira, à tarde, será realizada uma assembleia estadual na praça Tancredo Neves, em frente à Alesc. Não está descartada a possibilidade de greve. A proposta do governo "fragmenta a categoria e discrimina os ACTs", acusou Vieira, que também considera que a MP não respeita a Lei Nacional do Piso Salarial do Magistério.

De acordo com o Executivo, a MP pretende adequar os salários pagos pelo Estado à Lei do Piso. Para isso, os vencimentos dos professores temporários serão compostos pela soma do vencimento, a hora-atividade e o incentivo à produtividade em sala de aula. A Secretaria de Estado da Educação garante que apenas os professores contratados após a assinatura da MP serão atingidos pela medida.

Secretário será convocado pelo Legislativo

Na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), o presidente Mauro de Nadal (PMDB), que atribuiu a si a relatoria da matéria, argumentou que ainda não tem conhecimento suficiente sobre o texto e precisa consultar a Secretaria de Estado da Educação. A deputada Luciane Carminatti (PT) colocou-se à disposição

para intermediar o diálogo com os professores. Uma reunião conjunta entre a CCJ e a Comissão de Educação será marcada para receber o secretário Eduardo Deschamps. De acordo com o regimento, a MP precisa ser aceita pela CCJ e debatida na Comissão de Educação para depois ir para o plenário.



Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Brasil	Data: 25/02/2015
Assunto: Matrículas		Página: 09

Notícias do Dia

MATRÍCULA ANTES DE 6 ANOS VETADA

Crianças menores de seis anos de idade não poderão mais ser matriculadas no ensino fundamental, conforme decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça). A Corte modificou acórdão do TRF-5 (Tribunal Regional Federal da 5ª Região) que permitia que crianças que completassem seis anos após 31 de março fossem matriculadas no ensino fundamental em Per-

nambuco, desde que tivessem a capacidade intelectual comprovada por meio de uma avaliação psicopedagógica.

A decisão do TRF-5 foi motivada por ação civil pública apresentada pelo Ministério Público Federal contra os critérios fixados nas resoluções número 1 e 6 do Conselho Nacional de Educação. No entanto, para o ministro

Sérgio Kukina, relator dos recursos na Primeira Turma do STJ, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) é clara ao definir que o ensino fundamental obrigatório inicia-se somente aos seis anos.

Antes do julgamento em segunda instância, a 2ª Vara Federal de Pernambuco já havia autorizado o ingresso na escola de menores de seis anos, em todo o Brasil. O

TRF-5 limitou a eficácia da decisão para o Estado de Pernambuco, por entender que a Corte não possuía competência para aplicar o posicionamento em todo o país.

A maioria da Primeira Turma do STJ decidiu, porém, que a competência para estabelecer as regras de acesso ao ensino é do Executivo, a quem está vinculado o CNE.

Para o ministro Sérgio Kukina,

o critério de idade adotado pelas autoridades educacionais federais não foi "aleatório", já que foi precedido de audiências públicas com especialistas no assunto. Kukina destacou que, se o Judiciário derubar as regras estabelecidas pelo conselho, estará "fazendo as vezes do Executivo, substituindo-lhe, indevidamente, na tarefa de definir diretrizes educacionais".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Paulo Alceu

Data: 25/02/2015

Assunto: Protestos

Página: 27

Notícias do Dia

Protesto

Enquanto o secretário da Educação, Eduardo Deschamps, percorre o Estado "vendendo" o projeto da nova carreira do magistério, os professores desembarcaram ontem na Assembleia pedindo a rejeição da MP 198.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Paulo Alceu

Data: 25/02/2015

Assunto: ACTs

Página: 27

Notícias do Dia

Sensibilizado

Já tem parlamentar da base governista sensível à situação dos ACTs, que reclamam da redução de salário. Comprovam que em dezembro ganharam mais do que receberão em fevereiro, já na influência da MP. Isso mexe com o Parlamento.

17



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Paulo Alceu

Data: 25/02/2015

Assunto: Protestos

Página: 27

Notícias do Dia

ESTILOS

A mobilização dos professores, ontem, na Assembleia, percorrendo gabinetes e expondo insatisfações com a MP do Magistério, revelou dois estilos de comportamento: os radicais, que chegavam impondo a rejeição da MP e desrespeitando os parlamentares, e os coerentes, expondo argumentos e conquistando a atenção dos deputados. Esses, certamente, são os professores com sua formação na educação e em defesa real da categoria.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 25/02/2015
Assunto: ACTs		Página: Online



Cobalchini sugere convite ao secretário Deschamps para explicar Medida Provisória

O deputado Valdir Cobalchini (PMDB), membro da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, sugeriu hoje que o secretário Eduardo Deschamps seja convidado para fazer uma explanação sobre a Medida Provisória 198/2015, assinada pelo governador Raimundo Colombo, que fixa a remuneração dos professores admitidos em caráter temporário (ACTs). Com a concordância dos demais parlamentares, ficou decidido que o secretário será convidado a comparecer a uma reunião conjunta das duas comissões para tratar do assunto.

Os membros da comissão também concordaram com a decisão do presidente da CCJ, deputado Mauro de Nadal (PMDB) e postergaram para a próxima terça-feira, dia 3, a votação da admissibilidade da MP. Apesar da decisão, o conteúdo da medida provisória foi o principal assunto discutido na reunião da comissão, com a presença de representantes dos professores. No trâmite regimental, a admissibilidade da MP precisa ser aprovada pela CCJ e pelo Plenário, para depois ser debatida pela comissão de mérito (Educação), a qual faz a conversão da medida em projeto de lei.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Educação	Data: 24/02/2015
Assunto: Protesto		Página: on-line

Notícias do Dia

Professores protestam contra o novo plano estadual de educação em Florianópolis

Categoria se reúne no hall de entrada da Assembleia Legislativa de Santa Catarina



Cerca de 250 professores da rede estadual de ensino ocupam o hall de entrada da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em Florianópolis, nesta terça-feira, para protestar sobre o novo plano estadual de educação. A categoria reivindica que o piso salarial aplicado nacionalmente e que o plano de carreira sejam mantidos.

Segundo os professores, eles não aceitam a mudança imposta pelo governo do Estado e uma assembleia deve ser feita na próxima terça-feira (3) para avaliar a possibilidade de greve dos professores em Santa Catarina. A secretaria de educação deve se pronunciar sobre o assunto ainda nesta terça-feira.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Agência AL	Editoria: Educação	Data: 24/02/2015
Assunto: Protesto		Página: Online



PROFESSORES SE MOBILIZAM E MARCAM ASSEMBLEIA ESTADUAL PARA PRÓXIMA TERÇA (3)

Professores de todo o estado vieram para a Assembleia Legislativa para protestar, na manhã desta terça-feira (24), contra a Medida Provisória (MP) 198/2015, que fixa os salários dos profissionais contratados em regime temporário pela rede pública estadual de ensino. Eles ocuparam as dependências do Palácio Barriga Verde e defenderam a retirada ou a rejeição da MP, que terá sua admissibilidade apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na próxima terça-feira (3).

Segundo o coordenador estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte/SC), Luiz Carlos Vieira, os professores estarão novamente no Parlamento estadual no dia 3 para pressionar os deputados a rejeitarem a proposta. Durante a mobilização na manhã desta terça, os professores decidiram realizar uma assembleia estadual da categoria na próxima terça, na Praça Tancredo Neves, em frente à Assembleia Legislativa. No encontro, eles vão avaliar o resultado da mobilização contra a Medida Provisória. Não está descartada a possibilidade de greve.

Segundo o coordenador, a proposta do governo estadual “fragmenta a categoria e discrimina os ACTs ao transformar os professores contratados em módulos de 10, 20, 30 ou 40 horas em profissionais horistas”. Vieira também considera que a MP incorpora a regência de classe e não respeita a Lei Nacional do Piso Salarial do Magistério.

“Os professores são uma única categoria. Todos têm que ter o mesmo vencimento, o mesmo tratamento, e isso só será possível se os professores temporários tiverem oportunidade de um concurso público para sua efetivação. Não dá para tratar os professores de forma diferenciada”, afirmou o coordenador do Sinte.

Os professores pretendem percorrer os gabinetes dos deputados para entregar uma carta na qual pedem a rejeição da Medida Provisória. “Queremos que o governo repense essa medida e pelo menos nos ouça e discuta conosco uma contraproposta”, reclama Vieira.

Presença



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A mobilização desta manhã contou com a participação de professores ACTs, efetivos e aposentados de várias regionais do Sinte no estado, como Campos Novos, Lages, Ibirama, São Joaquim e Laguna. Logo nas primeiras horas dos dias, eles ocuparam as dependências da Assembleia Legislativa para acompanhar a reunião da CCJ, realizada nesta manhã, na expectativa que a MP fosse discutida.

Devido à pouca disponibilidade de espaço dentro da sala de reuniões das comissões, a maioria dos professores permaneceu do lado de fora da reunião, protestando com faixas, cartazes e palavras de ordem, cobrando dos deputados a rejeição da Medida Provisória.

De acordo com o Executivo, a MP 198/2015 tem como objetivo adequar os salários pagos pelo estado à Lei do Piso Nacional do Magistério. Para isso, os vencimentos dos professores temporários serão compostos pela soma do vencimento, mais a hora-atividade, mais o incentivo à produtividade em sala de aula. A Secretaria de Estado da Educação garante que apenas os professores contratados após a assinatura da MP serão atingidos pela medida. Os já contratados mantêm seus vínculos anteriores.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Hora de Santa Catarina	Editoria: Notícias	Data: 25/02/2015
Assunto: Protestos		Página: on-line



Professores do Estado protestam na Alesc contra medida do governo

Cerca de 450 educadores da rede estadual manifestaram-se contrários à MP 198/2015, que altera regime de profissionais temporários. Leitura do documento foi adiada para a semana que vem

Professores da Rede Estadual de Ensino de SC protestaram na manhã desta terça-feira, 24, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) contra a Medida Provisória de número 198 assinada em 10 de fevereiro pelo governador Raimundo Colombo (PSD).

Cerca de 450 representantes de todas as delegações do Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Sinte) do Estado estiveram no local para pressionar a derrubada do documento, que segundo a categoria retira os professores Admitidos em Caráter Temporário (ACTs) da carreira, aumenta a quantidade de aulas a ser lecionada e reduz salários, além de revogar direitos da Lei 456, de 2009.

A leitura da MP 198/2015 pelos Parlamentares, prevista para acontecer às 10h, foi adiada para a próxima terça-feira, 3 de março.

Alunos do Instituto Estadual de Educação ficaram sem aulas durante a manhã, mas os professores garantem que a paralisação não irá se estender ao longo da semana. A possibilidade de greve será avaliada em assembleia depois do dia 3.

— Estaremos aqui na terça-feira que vem, mas tememos que os deputados antecipem a apreciação para que os professores não estejam presentes — declara o diretor do Sinte, Marcelo Serafim.

A principal queixa dos professores é que a MP 198/2015 seja um ataque à conquista do piso nacional do Magistério ao separar os professores temporários da carreira. Segundo o sindicato, os ACTs correspondem a 50% dos profissionais da Rede Estadual de Ensino.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

— A MP impede que o professor temporário tenha a progressão e possa, então, ganhar além do piso. Há a retirada de direitos desses profissionais, além da divisão da categoria — explica Serafim.

Para o casal de professores de Biguaçu Adão Marcos Alves e Andreia Albertina Rocha Alves, a medida terá reflexo no futuro da educação.

— Os profissionais mais antigos irão migrar para a rede municipal e quem vai perder são os alunos — alegam.

Outra reivindicação dos professores é em relação ao plano de carreira do Magistério que está sendo desenvolvido pelo Estado.

De acordo com nota divulgada pela Secretaria do Estado de Educação, a MP 198/2015 é a forma encontrada pelo governo para aplicar o documento, além de regulamentar a contratação de professores em caráter temporário. O órgão também informa que a medida provisória foi discutida com a categoria antes de ser encaminhada à Alesc.

Os profissionais recrutados desde o dia 10 de fevereiro já se enquadram ao plano de carreira.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 25/02/2015
Assunto: Inep		Página: Online

EX-JORNAL DO BRASIL - N.º 1 - WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Ministro da Educação decide manter presidente do Inep

O atual presidente do Inep, Chico Soares, permanecerá à frente do instituto na gestão Cid Gomes (Educação). O órgão é o responsável pela elaboração e aplicação do Enem, principal porta de entrada para as universidades federais.

Segundo a Folha apurou, a manutenção no cargo foi confirmada na segunda-feira (23), após reunião entre Soares e o titular do MEC. Desde que assumiu a pasta, em janeiro deste ano, Gomes fez uma única alteração: o ex-governador do Ceará escolheu para a presidência do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) o então secretário-adjunto da secretaria de educação do Estado, Idilvan Alencar (Pros).

Também está prevista a troca de comando na secretaria de educação básica, com a escolha do nome de Manuel Palácios, professor da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora). A nomeação, entretanto, ainda não foi publicada no Diário Oficial da União.

Chico Soares assumiu a presidência do Inep em fevereiro do ano passado, na gestão do ministro Henrique Paim. Professor aposentado da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e especialista em avaliações, ele detalhou as informações sobre as escolas da rede pública com resultados do Ideb (indicador de qualidade da educação básica).

Sob seu comando, o Inep passou a divulgar, além da média dos alunos, informações sobre formação dos professores e nível socioeconômico dos alunos avaliados.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 25/02/2015
Assunto: Alimentação Escolar		Página: Online



Conselheiros de Alimentação Escolar devem enviar pareceres

O Sistema de Gestão de Conselhos (Sigecon) já está aberto para receber os pareceres dos conselheiros sobre as prestações de contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com prazo final até o dia 31 de março próximo.

Os Conselhos de Alimentação Escolar ou CAE são órgãos locais de controle social do PNAE, que monitoram a aplicação dos recursos em sua localidade. São compostos por sete membros, com representantes do Poder Executivo, dos trabalhadores da educação e discentes, entidades da sociedade civil e pais de alunos. É papel do conselho emitir um parecer conclusivo sobre a prestação de contas feita pela respectiva entidade executora do PNAE, seja a prefeitura, governo estadual ou entidade conveniada.

O PNAE, implantado em 1955, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional.

São atendidos pelo Programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros. Um mínimo de 30% dos recursos transferidos deve ser utilizado na compra de produtos da agricultura familiar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 25/02/2015
Assunto: Protestos		Página: Online



SANTA CATARINA



Professores protestam e MP sobre salários de ACTs deve ser votada dia 3

*Medida provisória busca adequar salários à Lei Nacional do Magistério.
Temporários ganhariam hora atividade mais incentivo à produtividade.*

Professores temporários da rede estadual de ensino protestaram contra a medida provisória 198/2015, nesta terça-feira (24). O ato reuniu profissionais de todo o estado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Eles marcaram uma nova manifestação para dia 3 de março, quando proposta deve ser votada pelos deputados.

A MP 198/2015, "fixa os salários dos profissionais contratados em regime temporário pela rede pública estadual de ensino", segundo a Alesc. Ela tem como objetivo adequar as remunerações à Lei do Piso Nacional do Magistério. "Para isso, os vencimentos dos professores temporários serão compostos pela soma do vencimento, mais a hora-atividade, mais o incentivo à produtividade em sala de aula", informou a assessoria de comunicação da Assembleia.

Segundo a Secretaria de Estado da Educação, apenas os contratados após a aprovação da MP serão atingidos pelas mudanças. Conforme a categoria, a decisão fragmenta a carreira. Além disso, eles alegam que não respeita a lei nacional.

"E discrimina os ACTs ao transformar os professores contratados em módulos de 10, 20, 30 ou 40 horas em profissionais horistas", defende o coordenador estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte/SC), Luiz Carlos Vieira.

"Os professores são uma única categoria. Todos têm que ter o mesmo vencimento, o mesmo tratamento, e isso só será possível se os professores temporários tiverem oportunidade de um concurso público para sua efetivação. Não dá para tratar os professores de forma diferenciada", concluiu o coordenador do Sinte durante o protesto, na manhã desta terça.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notisul	Editoria: Geral	Data: 25/02/2015
Assunto: Propostas		Página: Online



Carreira passará por transformações

O secretário de educação percorrerá o estado até a próxima sexta-feira para apresentar a proposta aos docentes.

A carreira do magistério do servidor de Santa Catarina passará por profunda transformação nos próximos anos. Tudo isso porque o governador Raimundo Colombo e o secretário de educação, Eduardo Deschamps, propõem aos docentes um novo estudo na carreira do professor.

Deschamps apresentou ontem à tarde, em Capivari de Baixo, uma proposta que visa os ajustes salariais um pouco maiores para profissionais com especialização, além de incentivar a permanência do professor na sala de aula com uma nova gratificação. O evento ocorreu no auditório do Parque Ambiental da Tractebel com a presença de diretores e servidores da Associação dos Municípios da Região de Laguna (Amurel).

O secretário relatou que os estudos para as mudanças são analisados desde 2013 e que o governo propõe a reorganização da carreira e torná-la atrativa. Porém, ele garantiu que desta maneira há uma desigualdade entre professores admitidos em caráter temporário (ACTs).

“Já existe isso, o ACT não fez um concurso para a efetivação, ele contribui com o INSS, mas não com o Iprev. O custo global de um professor contratado com multa rescisória, FGTS, é diferente, então utilizamos outro tratamento.

Mas os respeitamos e queremos ser justos. O nosso objetivo é realizar concursos públicos o mais breve para reduzir o mais rápido o número de professores temporários”, esclareceu.

Aposentados e ACTs são contra a medida

Além dos servidores que são a favor das novas mudanças que, para serem aprovadas, terão que passar pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do estado (Sinte) estiveram no local. A professora aposentada Sonia Maria Medeiros revela que a ação vai ao encontro do estado e não do magistério. “Nos foi apresentado aquilo que já sabíamos. Querem mostrar que o estado não tem dinheiro para a educação e, desta forma, nossos salários ficarão congelados por quatro anos. Eles tiram a regência e nos devolvem em forma de vencimentos. Não há ganhos. O governo trata a educação como gasto e não como investimento”, explana Sônia. Hoje, os professores ACTs da região estarão na Alesc



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

para se manifestar contra a medida provisória da contratação por hora/aula. Eles querem que a forma de contratação permaneça por carga horária.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notisul	Editoria: Geral	Data: 25/02/2015
Assunto: Obras		Página: Online



Ordem de serviço é assinada

E. E. B. Sagrado Coração de Jesus

Tubarão

Interditada há três anos por problemas estruturais, finalmente foi assinada a ordem de serviço para reforma e ampliação da Escola Estadual Básica Sagrado Coração de Jesus, localizada no Km 60, em Tubarão. “Foi uma luta muito grande de todos, o governador Raimundo Colombo e o vice Eduardo Moreira me cobravam constantemente. Agora vamos torcer para o tempo colaborar e a empresa fazer o bom serviço”, destacou o secretário de educação do estado, Eduardo Deschamps, no ato da assinatura, no Parque Ambiental da Tractebel, em Capivari de Baixo, ontem.

Para o secretário de desenvolvimento regional em Tubarão, Caio Tokarski, esse foi um grande passo. “Eu quero destacar aqui o empenho do ex-secretário Jairo Cascaes, que não mediu esforços para que essa obra iniciasse. Agora é começar a obra o quanto antes”.

Desde que as portas da unidade foram fechadas, os mais de 350 alunos foram encaminhados para estudar na Escola Estadual Senador Francisco Benjamin Gallotti, em Oficinas. Os estudantes deverão continuar a frequentá-la este ano. A obra está orçada em R\$ 3,19 milhões. O projeto prevê a reforma em uma área de 1.358,23 metros quadrados e a ampliação de 198,44 metros quadrados, além da quadra de esporte coberta, bicicletário, auditório, laboratórios e rampas, contemplando os conceitos de acessibilidade.